

1 **ATA 01/2022 - Ata da Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**
2 **SOCIAL – CMAS/ Campinas, em 25/01/2022.** Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro
3 de 2022, as nove horas e vinte e oito minutos, ocorreu a reunião ordinária do CMAS, em
4 ambiente virtual utilizando a ferramenta Sala Virtual da Prefeitura de Campinas, através do
5 link <https://salavirtual.campinas.sp.gov.br/b/cma-glx-1va-pth>. A presente reunião é
6 presidida pela Presidente Izabel Cristina Santos de Almeida. A Presidente questiona a
7 substituição de Conselheiros do Poder Público no sentido de que o CMAS pediu a alteração
8 de alguns Conselheiros devido a ausências não justificadas e um Conselheiro mesmo
9 nessa situação foi novamente indicado por sua Secretaria. Conselheiro Silvano expõe que
10 a “cadeira” é da Secretaria e ela tem a prerrogativa de indicar seus representantes. A
11 Presidente diz que essa é uma questão de interpretação jurídica e que o CMAS necessita
12 de uma assessoria jurídica que já foi solicitada à gestão e não se obteve resposta. Feita a
13 chamada verificam-se os Presentes: **Conselheiros representantes da Sociedade Civil –**
14 pelas Entidades de Assistência Social – Titulares: Izabel Cristina Santos de Almeida
15 (presidente), Juliana Aparecida Vieira da Silva, Josefa Hermínia Rodrigues Guirau. pelos
16 Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social - Titulares: Jéssica dos
17 Santos e Aparecida de Fátima de Lima. **Conselheiros representantes do Poder Público**
18 - Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos
19 – Titular: Silvano Freire Oliveira e Suplente William Azevedo de Souza; Secretaria Municipal
20 de Justiça – Titular: Thales Jordane Almeida Oliveira e Suplente Luciana Rocha Soares;
21 pela Secretaria Municipal de Cultura – Suplente: Letícia Francyne Lourenço de Mello Arriel;
22 Secretaria Municipal de Educação – Titular: Dorine Matos Moreira de Albuquerque;
23 Secretaria Municipal de Finanças – Suplente: Sérgio Luiz Oliveira Alves; Secretaria
24 Municipal de Habitação: Titular: Ana Julia Ferreira Lourenço; Secretaria Municipal de
25 Infraestrutura – Suplente: Adilson Gomes Pereira; Secretaria Municipal de Saúde -
26 Suplente Wellington de Almeida; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - Titular: Fábio
27 Alves Cremasco e Suplente: Elaine Aparecida Sivi Machado. **B) Justificativas de**
28 **ausências:** Entidades de Assistência Social Suplentes: Elisandra Maria de Souza Rinaldi,
29 e Maria Cristina Biehse; Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social
30 - Suplente José Carlos Carioca, Secretaria Municipal de Cultura - Titular: Elaine Cristina
31 Garcia Ramos de Souza; Secretaria Municipal de Educação - Suplente: Maria Fernanda
32 Buarraj; Secretaria Municipal de Finanças - Titular: Cristiano Oliveira Lourenço; Secretaria
33 Municipal de Habitação - Suplente Lucas Bonora da Silva; Secretaria Municipal de
34 Infraestrutura - Titular: Sérgio Reis de Oliveira Cerqueira; Secretaria Municipal de Saúde -
35 Titular: Andrea Maria Campedelli Lopes. **C) Outros Ausentes:** Entidades de Assistência
36 Social - Suplentes: Juliana Padilha Dusso de Moraes; Usuários ou Representantes dos
37 Usuários da Assistência Social - Suplentes: José Dilson Rodrigues, Gislaíne de Jesus
38 Ribeiro dos Santos e Aristides Militão Vilela. **Convidados:** Maria Fernanda, Lucimara,
39 Gustavo Patrulheiros, Luiz - CEAK EE, Sílvia Villas Boas, Michele Bispo, Andréa Penedo,
40 Julio e Cenira, Vanessa Aguiar, Angela, Maiara Marques – Pestalozzi; Gabriela – ABBA;
41 Camila – Fundação Síndrome de Down; Márcia – Romília Maria; Aline – Romília Maria;
42 Beth – CEAK -IPHC; Rosana Pêgo – Pestalozzi – Sumaré; Raquel – Braille; Pâmela – Mãe
43 Maria Rosa; Sandra Zampola - Progen Bassoli; Márcia – Grupo Primavera; Naiber Willis –
44 Cáritas; Júlio – APASCAMP; Cenira – APASCAMP: Tatiana – CIEE; Danilla – Firmacasa;
45 Thais; Cidinha – SESF Sagrado. Elaine e Nathalia – Obra Social Vida Nova; Débora Santos
46 – AEA Conviver; Luiz; Carolina Mozal – Dias da Cruz/ Legião Armando Veloso; Ivete Rocha;
47 Joana – CAIS; Gustavo Campos; Ivete – Pró Visão; Fernanda – C.P. Nossa Sra. da
48 Visitação; Rômulo – SMASDH; Leandro Veroni; Juliana Padilha – Instituto do Cegos;
49 Lucimara Treviso; Maria Helena – Associação Beneficente Salém; Élide – Ação Forte;
50 Simone. **Alteração de representação de Conselheiros do Poder Público:** Registra-se
51 alteração na composição de Representantes do Poder Público neste Conselho conforme
52 publicações de Portaria do Executivo Municipal, a saber: [Portaria nº 96634/2022](#),

53 nomeando pela Secretaria Municipal de Saúde o Conselheiro Suplente Wellington de
54 Almeida. **Modalidade de votação:** o Secretário Executivo consulta a Presidência sobre a
55 validade de computar votos do(a) Conselheiro(a) que tiver dificuldades de registrar seu voto
56 na reunião via “áudio” ou “chat” da plataforma e que utilize na mesma plataforma do
57 expediente “levantar a mão”. A Presidente diz não concordar com esse expediente por não
58 existir uma previsão regimental sobre isso. O Conselheiro Silvano diz que realmente não
59 existe previsão regimental sobre isso e tão pouco sobre a forma que estão acontecendo as
60 diversas reuniões online e que, por conta de problemas na plataforma online utilizada na
61 reunião anterior do Conselho, esse método foi utilizado com aprovação do plenário, e
62 sugere que o Regimento seja atualizado contemplando esse assunto de reuniões onlines.
63 A Presidente expõe novamente a questão da falta de paridade entre os Conselheiros da
64 Sociedade Civil e Poder Público pela falta de representação do segmento dos
65 Trabalhadores da sociedade civil na atual composição do Conselho e que qualquer votação
66 que este Conselho está fazendo desde 30 de novembro não tem essa paridade. O
67 Conselheiro Silvano diz que é uma questão de interpretação e que essa questão da
68 “paridade” se entendida dessa maneira, não é de agora e sim já de mais tempo, que a
69 eleição do Conselho aconteceu em 2020 e desde então tem sido assim e que vai apresentar
70 nessa reunião proposta de recomposição das cadeiras da Sociedade Civil. A Presidente diz
71 que na gestão anterior já não havia a paridade e que quando assumiu sua gestão teve que
72 lidar com Renovação das Inscrições das Entidades no Conselho; que houve alteração da
73 gestão da Secretaria Municipal da Assistência, houve alteração na Secretaria Executiva do
74 Conselho, teve que fazer Conferência Municipal da Assistência Social em plataforma online,
75 teve de fazer novamente renovação das inscrições das Entidades para 2022 e que o
76 Conselho tem uma Secretaria Executiva que deveria cuidar dessas questões do mandato
77 e não a presidente do Conselho e que se faz necessário um suporte maior para o quadro
78 da Secretaria Executiva por conta das diversas demandas existentes, diz que já se
79 manifestou sobre isso a nível estadual quando o CMAS respondeu sobre o PMAS Estadual
80 e que vai se manifestar a nível nacional, pois tem pedido assessoria jurídica para algumas
81 questões ao Conselho Nacional de Assistência, pois não teve respaldo no município. Diz a
82 Presidente que a pergunta que faz é: qual vai ser a composição da Secretaria Executiva do
83 município, pois uma pessoa só não dá conta e a Presidente não assume uma função que
84 é da gestão. A Presidente diz ainda que mencionou a data de 30 de novembro porque essa
85 não paridade ficou bem clara quando nessa data foi feita votação de interesse do Gestor
86 Municipal e os Conselheiros do Poder Público todos se fizeram presentes. Juliana
87 manifesta seu desconforto com a maneira que estão os trabalhos do CMAS. Diz que CMAS
88 é um espaço democrático, construído com lutas e que está difícil para Sociedade Civil
89 trabalhar com os da Gestão e que se necessário poderá recorrer para outras instâncias
90 sobre essa situação. O Conselheiro Fábio diz que como participante do Poder Público
91 sempre cooperou com o Conselho e suas reuniões, menciona que no processo de votação
92 da LOA foi pedido vistas ao processo e pergunta ao Secretário Executivo se as vistas foram
93 feitas. A Presidente orienta que na leitura da Ata do dia 21 de dezembro esse assunto será
94 retomado. O Conselheiro Fábio menciona que quando assumiu o Conselho solicitou
95 capacitação para os Conselheiros e que quanto a questão jurídica do regimento, é questão
96 de interpretação e que respeita a interpretação da Presidente, mas que a Prefeitura tem um
97 corpo jurídico de procuradores para orientar e caso não o façam e ou forem parciais do lado
98 da gestão, existe o Ministério Público ao qual pode se buscar. Fabio ainda diz que entende
99 que os do Poder Público participam no Conselho com isenção. A Presidente orienta que
100 todos tomem ciência do que deve ser a estrutura da Secretaria Executiva, que no ano
101 passado solicitou inclusive para CSAC participação na Comissão de Inscrição e Normas e
102 que a resposta foi de que todos servidores estavam com muito trabalho e que não poderiam
103 participar das Comissões. Presidente responde também que quem deve dar capacitação
104 para o Conselho e a Rede é a Gestão e que isso foi solicitado na gestão anterior do

105 Conselho e nesta também. A visitante Flávia solicita a palavra e a presidente concede e ela
106 afirma sobre a importância do Conselho e de Campinas na política do SUAS, que se
107 solidariza com os problemas que a sociedade civil tem passado e sugere a elaboração de
108 um documento com assinatura dos envolvidos com a Rede Suas e esse documento cite o
109 papel do SUAS e do Conselho e apresente para o Poder Público. A Presidente agradece a
110 fala de Flávia e diz que tem pensado em chamar as entidades de Assessoramento inscritas
111 no CMAS que ajudem o Conselho em Assessoramento. **Atas anteriores:** em votação a ata
112 referente a Reunião Ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2021, lida anteriormente
113 pelos Conselheiros, **APROVADA** com treze votos a favor, nenhuma abstenção ou voto
114 contrário. A Conselheira Juliana, tendo votado “sim” para aprovação, solicita que seja
115 registrada que essa reunião foi a que ela se sentiu mais desrespeitada. A Conselheira
116 Josefa, tendo votado “sim” para aprovação, solicita que seja registrada que da mesma
117 forma que tem de se atender o Regimento Interno quanto aos Conselheiros do Poder
118 Público tem também que atender quanto a Secretaria Executiva do Conselho, por ser uma
119 questão extremamente importante. Em votação a ata referente a Reunião Ordinária
120 realizada no dia 21 de dezembro de 2021, lida anteriormente pelos Conselheiros,
121 **APROVADA** com nove votos a favor e quatro contrários, nenhuma abstenção, com a
122 solicitação dos seguintes registros: Conselheira Izabel solicita o registro de que a eleição
123 complementar é para substituição do segmento dos trabalhadores e de usuários.
124 Conselheira Izabel solicita registro de que a dúvida sobre o quórum da reunião é uma
125 questão jurídica e que o Conselho necessita de esclarecimento da dúvida que o
126 Conselheiro teve e não se pode basear em ter sido dessa forma assim em mandatos
127 anteriores. Conselheira Izabel solicita o registro de que tem dúvidas sobre a recomposição
128 dos Conselheiros do Poder Público nos termos em que foi feita e que isso tratou no começo
129 desta reunião. Conselheira Izabel solicita o registro de que quanto a LOA e o registro de
130 que não houve as vistas no processo os Conselheiros da Sociedade Civil foram os que
131 mais participaram das reuniões da LOA e que foram encaminhadas as dúvidas desses
132 Conselheiros e não obtiveram respostas e que por e-mail essas dúvidas foram colocadas
133 e encaminhadas quando o Conselheiro Silvano solicitou reunião e que essa resposta ao
134 Silvano não constou para aprovação da Ata, solicitando então a transcrição desse registro,
135 a saber: *“Bom dia Silvano e conselheiros. Em resposta ao seu e-mail , vejo que já*
136 *discutimos em duas reuniões na comissão de política e legislação , como pauta exclusiva*
137 *a LOA , com a presença da gestão, conselheiros e demais participantes da sociedade civil,*
138 *entendo que todas as discussões já foram pautadas neste local, conforme o CMAS e a*
139 *comissão de política visa , de forma democrática e transparência com todos os envolvidos*
140 *nesse espaço. Assim, não vejo necessidade de novamente voltar essa discussão sendo*
141 *que todos os questionamentos foram apresentados pelos conselheiros quando pediram*
142 *vistas na última reunião do colegiado em 30/11/2021 e por meio do ofício SEI*
143 *2021.00064945-47, mesmo tendo a resposta da gestão na reunião no dia 24/11/2021 ainda*
144 *teve questões que não foram respondidas e outras que devem ser respondidas*
145 *oficialmente via SEI e estamos todos com agendas lotadas por se tratar do final de ano e*
146 *ter se dedicado muito nesse último mês em todas as pautas enviadas pelo SMASDH no*
147 *último mês, com grande volume de reuniões e ainda ter a pauta do relatório da gestão de*
148 *2020 na comissão de política na próxima reunião que também só foi enviada no final do*
149 *ano 2021 para o CMAS. Informo também que os dados do PMAS 2022 só foram enviados*
150 *após a reunião do colegiado, no dia 30/11/2021 no período a tarde , assim no momento das*
151 *reuniões pautadas nas comissões não tínhamos esses dados, ao analisar apresenta dados*
152 *da vigilância socioassistencial gravíssimo a respeito da situação da vulnerabilidade por*
153 *regiões em Campinas, e que todo esse contexto da apresentação realizada pela gestão*
154 *nesse documentos e nas reuniões do PMAS mostram que o orçamento apresentado não*
155 *dá conta das demandas de Campinas. Além de mostrar que falta investimento ocasionada*
156 *pelo terceiro ano da pandemia do COVID19, ademais segue outras considerações*

157 importantes também: 1- Chegou ao CMAS dia 28/10 depois que foi enviado para a Câmara
158 não atendendo as legislações. 2- Não apresentou o custo da Assistência Social
159 separadamente solicitado na reunião 3- Construíram o PMAS 2022 – 2024, mas não tem
160 orçamento. 4- Porta de entrada CRAS/DAS – tem 1/3 de trabalhadores. Número de RH
161 incompletos nos equipamentos públicos municipais de acordo com a Nob RH. 5- Vigilância
162 Socioassistencial não apresentou o diagnóstico até o momento das discussões na
163 comissão de política e legislação. 6- Falta de transparência nas questões apresentadas
164 sobre o processo no SEI. 7- Não transferir o valor da inflação e dissídio para as entidades,
165 tendo que arcar com esses custos, sendo que a própria resposta da Gestão mostra que
166 90% dos serviços são executados pelas organizações da sociedade civil. 9- Sem
167 oportunidade de discussões sobre a LOA antes de ir para Câmara e na própria Câmara.
168 10- Não foi respondido os valores destinados ao CRAS/DAS/CREAS e demais serviços dos
169 equipamentos públicos. 5 – Qual valor é destinado para os CRAS, DAS e CREAS do
170 município? 11 – Em relação à Estrutura do Refeitório da Cidadania, Implantação do Centro
171 dia da Pessoa Idosa, Ampliação da Unidade de Residência Inclusiva e Ampliação do
172 número de vagas nos Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosas: qual o
173 custo de cada um, incluindo a reforma. 12. 6 – Quantos trabalhadores compõem o quadro
174 de RH de CRAS, DAS e CREAS e quantas equipes temos de PAIF E PAEFI no município
175 por CRAS E CREAS? (Observação: trazer a informação para cada equipamento público:
176 13 CRAS, 5 DAS e 5 CREAS) - Não teve resposta imediata de proposta para contratação
177 de trabalhadores. 13-(7) – Qual é o valor previsto para potencializar o atendimento da
178 população cadastrada no Cadastro Único, conforme relatório dos Programas e Ações do
179 Ministério da Cidadania que hoje representam 92.097 famílias e 232.610 pessoas em
180 situação de vulnerabilidade e risco social, sendo que deste montante. Qual o valor previsto
181 no rateio? 14- (8.1) - SUAS – Fundo da Assistência Social verba Municipal, Estadual e
182 Federal, Verba Parlamentar e Covid- Não informou o valor. 15- (9) Em relação às
183 deliberações da XIV Conferência Municipal de Assistência Social, como a Secretaria irá
184 implementar e executar a curto, médio e longo prazo as propostas municipais de
185 recomendações prioritárias deliberadas com a participação de 1.100 pessoas, sendo que
186 destas, 400 foram usuários da Política de Assistência Social e os demais, trabalhadores do
187 SUAS? Não respondeu e vimos que o PMAS não tem verba. 16- (11)- O Conselho
188 Municipal da Assistência Social gostaria de saber a quantidade de pessoas que se
189 encontram em lista de espera dos Serviços de Proteção Básica: PAIF, Serviços de
190 Convivência e Fortalecimento de Vínculos - de 06 a 14 anos e CCI; e de Média
191 Complexidade, especificamente, SESF e PAEFI; por região? Não respondeu, explicar via
192 SEI. 17- Explicar via SEI sobre o ocorrido com as mudanças no SEI - Processo da LOAS
193 , onde algumas informações mudaram no decorrer do processo. Att, Me coloco á
194 disposição: Juliana Vieira Coordenadora da Comissão de Política e Legislação”. Izabel
195 ainda pede que se registre que a fala de que os conselheiros da sociedade civil “impediram
196 a votação solicitando vistas” não é correta, pois eles usaram de um expediente regimental
197 para pedirem vistas. O Conselheiro Silvano solicita o registro de que nessa reunião não
198 havia qualquer Conselheiro da Sociedade Civil. Izabel argumenta que os Conselheiros da
199 Sociedade Civil não iriam participar de uma reunião sem paridade pra votação e que iriam
200 tratar de temas importantes financeiros. A Conselheira Juliana Vieira solicita que se registre
201 que havia comunicado a Secretaria Executiva que estaria em férias e que sua ausência na
202 ata seja com justificativa. Conselheiras Josefa, Jéssica e Aparecida de Fátima utilizam da
203 palavra para justificarem suas ausências na reunião. Conselheiras Josefa e Juliana Vieira
204 registram desapontamento de que na reunião a que se refere a ata não foi lido o Relato da
205 Comissão de Política e Legislação e Juliana diz que como Coordenadora da Reunião
206 sentiu-se desrespeitada pelo fato do Relato não ter sido lido. Conselheira Juliana por
207 ocasião do seu voto “não” para aprovação da ata diz não concordar pelo fato das ressalvas
208 acima não estarem na ata. Conselheiras Josefa , Jéssica e Aparecida de Fátima dizem

209 votar “não” para aprovação da ata porque não se sentem contempladas com informações
210 que constam na ata. Conselheiro Silvano registra votar “sim” pela aprovação da ata uma
211 vez que as observações pertinentes de Josefa e Juliana serão registradas na próxima ata
212 e deve ser aprovada pela relevante decisão sobre a renovação de inscrições das entidades
213 no Conselho. Conselheira Dorine registra votar “sim” pela aprovação da ata questionando
214 o fato de Conselheiros que não estiveram presentes na reunião votarem “não” para ata com
215 o argumento de não se sentirem contempladas com a lavratura da ata. Conselheiro Fábio
216 registra votar “sim” pela aprovação da ata com a inclusão das ressalvas apontadas pelos
217 Conselheiros. **Contato com Parlamentares** – O Conselheiro Fábio faz proposta que o
218 Conselho mantenha contato com os Parlamentares Federais de Campinas para a exemplo
219 do que se faz com a Saúde, apresentem emenda constitucional para garantir percentual
220 para orçamento da assistência e no município que os Vereadores apresentem no mesmo
221 sentido emenda na lei orgânica do município. Propõe Fabio que se nomeie uma Comissão
222 de Trabalho com essa finalidade. **Participantes da reunião no chat** – a Presidente ressalta
223 algumas reflexões, ponderações e questionamentos via chat dos participantes da reunião.
224 E para alguns comentários feitos responde que o Conselho deve criar um planejamento;
225 responde também que ainda não chegou para o Conselho o plano 2022-2025 e o Conselho
226 não pode planejar as questões da assistência, e que tem todas as questões de
227 planejamento em cima das deliberações da conferência e que tudo isso já foi encaminhado
228 para a Secretaria Municipal, ainda não foi aprovado o relatório de gestão de 2020 e o plano
229 municipal da assistência social para os próximos quatro anos ainda o CMAS não recebeu.
230 Diz que problema do planejamento não está no Conselho e sim na Secretaria de
231 Assistência Social e o Conselho já tem apontado tudo isso através de ofícios para a gestão.
232 Responde também a Presidente que o Regimento do Conselho é sim de 2003 e que houve
233 mudança de postura da Gestão em relação ao Conselho neste último ano. **Inversão de**
234 **Pauta:** A Presidente propõe a inversão de Pauta e passa-se a tratar sobre relato da
235 **Comissão de Inscrição e Normas** – a Presidente menciona que todo processo de
236 renovação de inscrição de entidades no Conselho foi feito por integrantes da Sociedade
237 Civil e que deixaram tudo pronto para a votação no dia 21 de dezembro e que caso não
238 tivesse sido votado na reunião ela assinaria tudo “ad referendum”. A Relatora da Comissão
239 Josefa Hermínia Rodrigues Guirau, justifica ausência da Coordenadora por questões de
240 saúde e passa ao Relato das deliberações da Comissão: O CMAS **Acata** o parecer da
241 Comissão de Inscrição e Normas e resolve **INSCREVER** por tempo indeterminado, sob o
242 **nº 173A**, a entidade **Instituto Robert Bosch**, CNPJ nº 44.589.513/0001-55 com sede à
243 Rodovia Anhanguera, s/n, km 98, Bairro Boa Vista, no município de Campinas, Estado de
244 São Paulo. O Parecer foi aprovado com 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e
245 nenhuma abstenção. **Participação de Conselheiros na Reunião sem a câmera ligada** -
246 A Presidente questiona o fato de Conselheiros participantes da reunião estarem sem
247 câmeras ligadas e ou votarem pelo chat e que isso a deixa desconfortável no sentido de
248 saber de fato quem é que está votando e está se posicionando com referência a isso e
249 deseja parecer jurídico sobre o assunto. Os Conselheiros Fabio Cremasco e Silvano
250 argumentam que essa ponderação da Presidente é um fato novo, que pode sim ser
251 normatizado, mas que para estas votações devem prevalecer as formas utilizadas nas
252 votações anteriores. Continua a Relatora Josefa apresentando o Relato da Comissão de
253 Inscrição e Normas. O CMAS **Acata** parecer da Comissão de Inscrição e Normas e **resolve**
254 **Prorrogar** por mais 90 (noventa) dias, o indicativo de prazo máximo para visita técnica
255 presencial, análise da documentação, emissão de pareceres e decisão, referente ao
256 requerimento de Inscrição da Associação Assistencial Luz da Manhã no Conselho. O
257 Parecer foi aprovado com 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma
258 abstenção. O CMAS **Acata** o parecer da Comissão de Inscrição e Normas e resolve
259 **Atualizar em seus cadastros as alterações feitas nos Estatutos Sociais** do Centro
260 Espírita Allan Kardec, CNPJ 46.076.915/0001-81, inscrito neste Conselho sob nº 011E,

261 autorizando a inserção de cópia do Estatuto atualizado no respectivo Processo SEI
262 PMC.2020.00062955-01, que trata sobre Renovação de Inscrição no Conselho. O Parecer
263 foi aprovado com 13 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.
264 **Inversão de Pauta:** A Presidente propõe nova inversão de Pauta e passa-se a tratar sobre
265 relato da **Comissão Bolsa Família, BPC** – A Conselheira Jéssica, Coordenadora da
266 Comissão, informa que na reunião da Comissão em novembro, em reunião junto aos
267 trabalhadores do INSS e DRADS Campinas, resolveram fazer uma carta sobre atendimento
268 do INSS ao usuário e essa carta será enviada aos Conselhos Nacional e Estadual de
269 Assistência Social e a outros Poderes para conhecimento de todos. Jéssica também
270 consulta sobre as vans que servirão para o cadastramento volante do Cadastro Único. O
271 Secretário Executivo informa que consultará o Processo sobre a aquisição das vans e
272 informará a atual situação para a Coordenadora da Comissão. **Comissão de Política e**
273 **Legislação** - A Conselheira Juliana Vieira diz que fará um resumo dos trabalhos da
274 Comissão mas relembra que o Relato foi encaminhado para todos os Conselheiros. Relata
275 que a Comissão se reuniu no dia 18 de janeiro de 2022 e planejaram como pauta;
276 acolhimento e escuta das entidades referente a situação da nova variante do
277 coronavírus_19 e influenza; sobre o Projeto Campinas Protege; Devolutiva dos Benefícios
278 Eventuais ; Devolutiva da LOA; Balanço da Comissão de Política e legislação 2021;
279 Planejamento 2022; PMAS e Relatório de Gestão. Relata que sobre a escuta das entidades
280 houve intensa participação das entidades na preocupação de procedimentos ante a nova
281 variante do Coronavírus_19, se continuavam sob a nota técnica 001 e 003/2021 ou se havia
282 alguma mudança. Foram feitos vários questionamentos, principalmente a respeito da
283 Saúde, Assistência e Educação. Esses questionamentos através de Relato foram enviados
284 para as respectivas Secretarias Municipais solicitando reunião com representantes dessas
285 Secretarias com esta Comissão e a Rede SUAS, reunião marcada para a próxima quinta-
286 feira, dia 27 de janeiro. Informa ainda a Coordenadora que na referida reunião do dia 18
287 de janeiro, tratou-se também sobre a Lei Municipal 16.135, do Projeto Campinas Protege
288 sobretudo a respeito da divulgação e até que ponto as entidades estavam sabendo do
289 Projeto, visto ter saído uma nota da pouca adesão de interessados no Projeto, explica que
290 como Coordenadora solicitou a gestão informações sobre o projeto, lei e critérios para
291 melhor divulgação na Rede. Sobre os Benefícios Eventuais a Coordenadora diz que
292 recebeu informação de que está sendo construída pela gestão a Resolução para a criação
293 da Lei de acordo com as deliberações do CMAS e que o Conselho receberá o documento
294 para avaliação e aprovação. Sobre a LOA a informação é que foi aprovada pelo CMAS na
295 reunião do dia 21 de dezembro. Sobre Relatório de Gestão 2021: A Coordenadora diz que
296 solicitou que os dados do relatório de gestão de 2021 sejam enviados com um prazo mais
297 adequado para análise dessa comissão. E que conforme informou será feito um estudo
298 mais detalhado dentro da Comissão de Política referente ao relatório de gestão de 2020.
299 Sobre o Planejamento a Coordenadora relata que serão mantidas as discussões do PMAS,
300 LOA, Benefícios Eventuais. Informa a Coordenadora que a Comissão ainda não teve tempo
301 hábil e não fez o balanço das atividades realizadas pela Comissão. A Presidente parabeniza
302 os trabalhos da Comissão, informa que todos os relatos estão documentados e são de
303 grande validade história e de consulta dos Conselheiros e das Organizações da Sociedade
304 Civil. **Composição das Comissões e GTs do CMAS** – A Presidente expõe que segundo
305 o Regimento cabe a Presidência definir a composição das Comissões e Grupos de
306 Trabalho, mas seu entendimento é que cada Conselheiro deve escolher a Comissão e que
307 função ele vai ter e que o Planejamento do Conselho passa por essa definição. Nesse
308 planejamento deve ser incluído o monitoramento do Serviço Público, que inclusive foi
309 questionado pelo MP ao CMAS em Ofício enviado anteriormente e que o CMAS deve
310 retornar ao Ministério Público perguntando sobre as informações a ele prestadas naquela
311 ocasião, inclusive convidando para esse planejamento. Registra-se que saíram da Reunião
312 por questões pessoais, familiares e de saúde as Conselheiras Jéssica dos Santos e

313 Aparecida de Fátima de Lima. A Presidente consulta os presentes sobre a participação nas
314 Comissões. Registra-se definição de compor as Comissões dos Conselheiros Elisandra,
315 Josefa, Dorine, Fábio, Izabel, Jéssica, Juliana Vieira. A Presidente presta algumas
316 informações sobre a importância dos trabalhos das Comissões envolvendo Sociedade Civil
317 e Poder Público e que Suplentes também devem participar pois as discussões são
318 realizadas nas Comissões. Conselheiro Wellington se dispôs a participar, mas gostaria de
319 ouvir da Secretaria que representa qual a Comissão que melhor seria sua participação. A
320 Presidente decide então que essa escolha possa ser feita pelos Conselheiros e definidas e
321 registradas então na próxima reunião do Conselho, sugerindo que os Conselheiros
322 participem das atuais reuniões das Comissões para melhor definirem em qual irão atuar. A
323 Presidente propõe também que cada Comissão faça um levantamento de como seria para
324 seu pleno funcionamento a composição da Secretaria Executiva e que com esses
325 apontamentos das Comissões o CMAS faça resolução sobre o assunto. **Comissão de**
326 **Finanças e Orçamento** - o Conselheiro Silvano, Coordenador da Comissão de Finanças e
327 Orçamento, relata que no final do ano de 2021 existiram algumas emendas parlamentares
328 federais e em janeiro de 2022 emenda estadual, que a Comissão aprovou e pela
329 Presidência foram tomadas resoluções “ad referendum” do Colegiado e submetendo-as ao
330 Plenário, este CMAS **RESOLVE REFERENDAR** as seguintes Resoluções tomadas por sua
331 Presidência em caráter “ad referendum”: **RESOLUÇÃO 268/ 2021** (Publicada no Diário
332 Oficial do Município em 29 de dezembro/2021). **ACATAR o parecer da Comissão de**
333 **Finanças e Orçamento e APROVAR** os recursos destinados através de Emenda
334 Parlamentar nº 55901350950202107 para a Prefeitura de Campinas através do sistema
335 SIGTV, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e que tem como
336 classificação de recurso CUSTEIO cuja ação é para estruturação de Rede de Serviços do
337 SUAS, conforme documentos inseridos no Processo SEI PMC 2021.00080962-12.
338 **RESOLUÇÃO 269/ 2021** (Publicada no Diário Oficial do Município em 29 de
339 dezembro/2021). **ACATAR o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e**
340 **APROVAR** os recursos destinados através de Emenda Parlamentar nº 202181000789
341 para a Prefeitura de Campinas através do sistema SIGTV, no valor de R\$ 650.000,00
342 (seiscentos e cinquenta mil reais) e que tem como classificação de recurso: CUSTEIO cuja
343 ação é para estruturação de Rede de Serviços do SUAS conforme documentos inseridos
344 no Processo SEI PMC 2021.00080945-11. **RESOLUÇÃO 001/2022** (Publicada no Diário
345 Oficial do Município em 13 de janeiro de 2022.) **ACATAR o parecer da Comissão de**
346 **Finanças e Orçamento e APROVAR** o registro das informações no sistema PMASWeb
347 referente a Demanda Parlamentar nº 2020.076.17197 - Aquisição de Equipamentos para o
348 CRAS Espaço Esperança no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcela única, em
349 atendimento a Resolução nº 048/2021, de 21 de dezembro de 2021 e conforme o Plano de
350 Trabalho apresentado pela gestão pública municipal, inserido no SEI PMC.
351 2020.00042424-94 - documento 4789260, além de outros documentos inseridos no
352 Processo. As resoluções foram aprovadas com 11 votos a favor, nenhum contrário e
353 nenhuma abstenção. **Comissão Eleitoral** - O Conselheiro Silvano, nomeado em reunião
354 anterior deste Conselho como Coordenador da Comissão Eleitoral, informa que a prévia do
355 cronograma eleitoral está pronta. Passam a formar a Comissão Eleitoral, além do
356 Coordenador, as Conselheiras Ana Julia Ferreira Lourenço, Fábio Cremasco e Izabel
357 Cristina Santos de Almeida. O Coordenador apresenta proposta do cronograma eleitoral.
358 A presente composição da Comissão Eleitoral e o cronograma apresentado aprovados por
359 11 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Encerramento:** Às 12 horas
360 e 25 minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente agradece a presença de todos e
361 encerra a reunião. Eu Geziel Antonio dos Santos, Secretário Executivo, lavrei a presente
362 ata que lida, aprovada, segue assinada. Campinas 25 de janeiro de 2022.